Por uma política orientada ao futuro: a provocação filosófica e estratégica do “aceleracionismo de esquerda”

Rodrigo Santaella Gonçalves e Victor Marques

RESUMO:

Em um contexto de profundas transformações no capitalismo, ao menos em parte resultante do desenvolvimento tecnológico, emerge a polêmica em torno do “aceleracionismo”. Neste artigo, buscamos fazer uma genealogia do chamado “aceleracionismo de esquerda”, identificando suas origens em heresias marxistas do pós-estruturalismo francês nos anos 1970, e desenvolvida na Unidade de Pesquisa em Cultura Cibernética (CCRU, em inglês) nos anos 1990. No contexto do CCRU, Nick Land e Mark Fisher traçam os caminhos para o aceleracionismo de direita (fáustico) e o de esquerda (prometeico) respectivamente. No campo da esquerda, por sua vez, a provocação filosófica passa a ter influência cada vez mais nítidos nos debates de estratégia política, por autores como, Srnicek e Williams, Aaron Bastani e Phillips e Rozworski. Assim, temas clássicos da esquerda como o mundo do trabalho e a planificação econômica ganham novas perspectivas. Concluímos apontando alguns limites do aceleracionismo de esquerda e, principalmente, seu principal mérito: o de fazer recordar a urgência – que há muito deixou de ser óbvia na esquerda – de uma política orientada para o futuro.

Palavras-chave: aceleracionismo; CCRU; Mark Fisher; hiperstição; comunismo

ABSTRACT:

Within a context of profound changes in capitalism, especially caused by technological development, the “accelerationism” has emerged. In this article, we seek to make a genealogy of the so-called “leftist accelerationism”, finding its origins in a Marxist heresy originated in French post-structuralism in the 1970s, and developed in the Cyber Culture Research Unit (CCRU) in the 1990s. In the context of the CCRU, Nick Land and Mark Fisher lay the groundwork for rightist and leftist accelerationism, respectively. In the field of the left, the philosophical provocations become increasingly political strategy, and Fisher's ideas are developed by other authors such as Srnicek and Williams, Aaron Bastani and Phillips and Rozworski. Thus, some classic left's subjects, such as labor relations and economic planning gain new perspectives of debate. Having built this path, we ended up pointing out some limits of the left's accelerationism and, mainly, its biggest merit: that of recalling the urgency - which has for a long time been no longer obvious - of a future-oriented politics.

Key-words: accelerationism; CCRU; Mark Fisher; communism.

Introdução

As últimas cinco décadas são marcadas por processos de transformação profunda do capitalismo: “containerização”, produção just-in-time, robotização das fábricas, comunicação digital globalizada, ascensão do computador pessoal, inteligência artificial, *big data*. A sensação é de que o tempo acelerou, e o espaço encolheu. O desenvolvimento tecnológico transformou radicalmente os processos produtivos, as relações de trabalho, a vida cotidiana, assim como as dinâmicas de sociabilidade e formação de subjetividade. É verdade que nenhuma dessas transformações colocou em xeque a lógica do capital, e, na verdade, parecem ter contribuído para espalhá-la por todos os recantos do mundo e por todos os aspectos da vida, aumentando a abrangência, a velocidade e a eficiência dos processos de exploração. No começo do novo milênio, o capitalismo globalizado reina incontestemente, sem rivais. Há, entretanto, espaço para aproveitar-se dessas transformações e inovações técnicas para subverter a lógica sistêmica vigente e avançar na direção da superação do capitalismo? É possível atravessar o capitalismo, por dentro, para sair do outro lado? Compreender esses processos em toda sua extensão, e oferecer um mapeamento dinâmico das tendências do nosso tempo, é o primeiro passo para formular uma estratégia eficaz frente às “ferramentas do mestre”: teríamos como assumir controle delas, refuncionalizá-las e conduzi-las em uma direção diferente daquela para a qual foram desenhadas?

No início do século XXI, o afeto dominante da esquerda parece ser a melancolia, expressa no medo do futuro e no apego a uma lógica de eterna resistência, tão ineficaz quanto resignada. Na desorientação generalizada do fim da história, a construção de projetos alternativos ambiciosos dá lugar a lutas mais pontuais e defensivas. Amplos setores da esquerda contemporânea parecem viver numa negação constante, como se habitassem um universo paralelo, nostálgico, no qual as transformações profundas do capitalismo contemporâneo, sobretudo relacionadas à tecnologia e suas tendências, não tivessem gerado impactos estruturais no terreno político da luta de classes. A nostalgia frequentemente se combina com a autoilusão indulgente. Se a negação da realidade não é uma boa postura para um materialista histórico, qual seria o outro caminho? Por assim dizer, qual seria uma “via revolucionária” com chances de futuro? A provocação dos chamados ‘aceleracionistas de esquerda’ entra exatamente nessa chave: seria necessário não só aceitar e compreender as transformações, mas apropriar-se delas e instrumentalizá-las a serviço de um novo projeto coletivo de emancipação universal.

Se vivemos por muito tempo na era das imposições e do esmagamento das utopias características do “realismo capitalista” – para usar a já consagrada expressão de Mark Fisher – a crise iniciada em 2008 e todas as suas consequências, também aceleradas pela crise multidimensional da pandemia da Covid-19, parecem ter trazido a história de volta, gostemos disso ou não. Sem dúvida, as possibilidades de transformação que se abrem passam diretamente pela forma como os sujeitos coletivos são capazes, ou não, de se apoderar das transformações em curso, isto é, de encontrar um ponto de engate com as macrotendências e linhas de força em atualização e alguma tração com o terreno libidinal ativo. Entre um certo “tecnotimismo” celebratório, puramente afirmacionista, e a negação completa da possibilidade de se utilizar de elementos desenvolvidos no âmbito do capitalismo para superá-lo, os novos aceleracionistas buscam encontrar uma forma de interpretar o capitalismo contemporâneo e suas transformações, mas também de gerar organização e projeto político orientado ao futuro a partir de um diagnóstico atualizado. Neste sentido, independentemente dos seus limites, já trazem uma contribuição bem-vinda ao debate anticapitalista contemporâneo.

É nesse contexto que o presente trabalho apresenta um panorama do aceleracionismo, de suas contribuições para a reflexão filosófica e política contemporânea e das potencialidades que emergem a partir daí. O texto está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na primeira, traçamos sumariamente uma genealogia do aceleracionismo, concebendo-o como uma heresia marxista e encontrando suas origens filosóficas tanto no próprio Marx quanto nos autores pós-estruturalistas franceses da década de 1970. Depois, reconstruímos as origens das divisões mais recentes do aceleracionismo, descrevendo o cenário do CCRU nos anos 1990 e as diferenças crescentes entre uma tendência mais à direita, fáustica, cuja figura crucial é Nick Land, e uma mais à esquerda, prometeica, fortemente inspirada por Mark Fisher. Por fim, na terceira parte, apresentamos as reflexões, potencialidades e limites de três obras políticas contemporâneas que podem ser encaixadas como pertencendo a um campo amplo do ‘aceleracionismo de esquerda’. Terminamos a discussão elencando algumas críticas com as quais o aceleracionismo precisa dialogar, e apontando os caminhos abertos a partir dessas reflexões.

Uma heresia marxista

O termo “aceleracionismo”, no sentido que será abordado aqui, faz sua estreia na discussão acadêmica pelas mãos de Benjamin Noys (2010), no livro *The persistence of the*

negative [A persistência do negativo], dedicado a uma crítica ao que o autor enxerga como a tendência “afirmacionista” dominante na teoria continental contemporânea, que deixa pouco espaço para a negatividade e para crítica. Pelo menos desde 2008, o termo já circulava informalmente entre blogs - incluindo o do próprio Noys, mas também o de Mark Fisher e o de Alex Williams (futuro coautor do “Manifesto Aceleracionista”, de 2013).

É bem verdade que a palavra já havia aparecido antes ao menos uma vez, no livro de ficção científica de Roger Zelazny, de 1967, *Lord of light* [Senhor da luz], como o próprio Noys (2014) depois reconhece. A novela de Zelazny não tem efetivamente nenhuma influência na adoção do termo ou nos debates que o circundaram na última década. O famigerado simpósio sobre aceleracionismo na Universidade de Goldsmith em setembro de 2010 - com a presença de Mark Fisher, Ray Brassier, Robin Mackay, Nick Srnicek, Alex Williams e do próprio Benjamin Noys - retira seu título diretamente da provocação crítica de Noys, não da ficção de Zelazny.

Ainda assim, é interessante notar que o livro de Zelazny é contemporâneo, na verdade antecede ligeiramente, ao que Noys identifica como uma primeira onda de obras aceleracionistas, nos trabalhos de Deleuze, Guattari e Lyotard do começo da década de 70. O conteúdo da ficção científica de Zelazny também não é sem interesse: o livro relata a história de um grupo de humanos, remanescentes de uma Terra destruída, que como parte de um esforço de colonização espacial desenvolvem um aparato técnico - a partir de manipulação bioquímica, circuitos cibernéticos de bioretroalimentação e próteses eletrônicas - que intensifica a força de suas vontades e estende o poder de seus desejos. Os que controlam essa tecnologia tornam-se uma casta, convertendo-se em espécie de deuses ao desenvolver uma tecnologia de transferência eletrônica de “alma” para outro corpo, uma forma de imortalidade por reencarnação. Essa classe dominante de “deuses” mantém o controle sobre as massas bloqueando o nível de desenvolvimento tecnológico geral em um estágio medieval, e restringindo o acesso à tecnologia de fortalecimento de alma e reencarnação a uma elite, receosa de que um episódio de Iluminismo enfraqueceria seu poder. No livro, os “aceleracionistas” são inimigos do sistema de castas e acreditam que a tecnologia deve estar disponível para as massas. O protagonista, Mahasamatman, espelha a posição de Prometeus em sua revolta contra as divindades, roubando o poder secreto dos deuses para oferecê-lo à massa de mortais.

Embora a novela de Zelazny não tenha desempenhado uma influência decisiva sobre os debates recentes em torno do aceleracionismo, e nem seja a inspiração direta para o termo, vale a

pena destacar não só a coincidência do momento histórico – os ares de “68”, por assim dizer, marcados por uma crise de hegemonia e movimentos de massas disruptivos – como ressaltar que o próprio Zelazny estava intimamente ligado a um ambiente de ficção científica (era amigo próximo de J. G. Ballard e Philip K. Dick, por exemplo) que será uma inspiração crucial ao “aceleracionismo” do CCRU na década de 90. Não deixa de ser digno de nota que os “aceleracionistas” na novela de Zelazny se aproximam visivelmente da auto-interpretação que os “aceleracionistas de esquerda” contemporâneos se dão: o prometeísmo, a confiança potencial no emancipatório da democratização da tecnologia, um populismo que encarna a revolta contra as elites dominantes, a aposta no iluminismo como um catalisador de dissolução das hierarquias e sistemas de valores tradicionais, a ambição revolucionária de elevar a humanidade a outro patamar. Prometeísmo, de fato, talvez fosse um nome mais adequado do que “aceleracionismo” para se referir ao que está efetivamente em questão.

Para Noys, o aceleracionismo emerge na teoria política entre a explosão oposicional dos eventos que ficaram coletivamente conhecidos por “maio de 68”¹ e a marcha triunfante da contrarrevolução neoliberal, em aliança com um conservadorismo recrudescente, no final dos anos 70. Entre as obras paradigmáticas, estão “O Anti-Édipo” (1972), de Gilles Deleuze e Félix Guatarim, “Economia Libidinal” (1974), de Jean-François Lyotard, e “A Troca Simbólica e a morte” (1976), de Jean Baudrillard². Segundo Noys, o que estava em questão nessas intervenções teóricas era um pensamento sob o duplo impacto das formas de agência política de uma esquerda libertária reenergizada por um ciclo de lutas selvagens, contestando os formatos rígidos dos partidos e dos sindicatos estabelecidos, e os primeiros sinais de uma reorganização produtiva do capitalismo global na direção do pós-fordismo. O que esses intelectuais franceses fazem é, afirma Noys, dar uma forma “hiper-teórica e abstrata” aos impulsos libertários da época: “O que os aceleracionistas afirmam é o poder capitalista de dissolução e fragmentação, que sempre deve ser levado um passo adiante para quebrar os grilhões do próprio capital” (Noys, 2010, p. 5). Para Deleuze e Guattari, continua Noys, o

¹ Embora a onda de efervescência social tenha começado antes, e em vários países se estendido por muitos anos mais.

² Além das três obras citadas, há interpretações que adicionam também “A Dialética do Sexo”, de Shulamit Firestone, que está na origem das teorias “xenofeministas”, como parte importante da constituição do “fermento” para as teorias aceleracionistas contemporâneas (Cf. PINHEIRO, 2020; MACKAY; AVANESSIAN, 2013).

problema do capitalismo “não é que ele desterritorializa, mas sim que não desterritorializa o suficiente”.

De fato, a passagem mais característica dessa sensibilidade aceleracionista, repetida em quase todos os textos fundamentais (e até mesmo na chamada do simpósio de Golsmith), é a de Deleuze e Guattari em *O anti-Édipo*, sobre qual seria a verdadeira “via revolucionária”. O mais revolucionário seria retirar-se do mercado mundial, como Samir Amin aconselhava aos países do Terceiro Mundo? Isto é, optar politicamente pela via do isolamento e da autossuficiência, da proteção contra as tendências dissolventes, liquidificadoras, do mercado global capitalista. Ou a via mais revolucionária seria ir no sentido contrário: “ir ainda mais longe no movimento do mercado, da descodificação e da desterritorialização?” Deleuze e Guattari (2010, p. 318), adotando o ponto de vista de “uma teoria e de uma prática dos fluxos com alto teor esquizofrênico”, se perguntam se os fluxos ainda não estariam insuficientemente desterritorializados e descodificados, e parecem inclinados à segunda opção: “não retirar-se do processo, mas ir mais longe, “acelerar o processo”, como dizia Nietzsche”.

É difícil não se perguntar como o termo “aceleracionismo” demorou tanto tempo para ser cunhado, já que a palavra parece, retrospectivamente, ser ubíqua nos textos que agora podemos alinhar em sua genealogia. Além da passagem icônica do Anti-Édipo, Lipovetsky fala em “acelerar os processos metamórficos dos corpos”, em 1976 (num volume especial de *L'Arc* dedicado a Lyotard), e Nick Land já fala em “aceleração do colapso” no artigo *Meltdown*, de 1994. Mais sintomaticamente ainda, o termo se faz presente logo nas primeiras páginas do Manifesto Comunista, quando Marx e Engels afirmam que “o mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação”.

Noys reconhece que se o que ele chama de aceleracionismo é uma heresia, trata-se de uma heresia especificamente marxista. Foi Marx quem primeiro identificou a lógica dissolutiva do capital, expressa de maneira compacta na frase eternizada no Manifesto de que “tudo o que é sólido se desmancha no ar”. Deleuze e Guattari só reafirmaram o ponto de Marx de que o capital opera por meio de uma “axiomática da desterritorialização”. Se esse é o caso, faria sentido uma estratégia política que buscasse voltar o capitalismo contra si mesmo. Essas heresias marxistas expressam, segundo Noys (2010, p. 7), um “desejo de exacerbar o capitalismo ao ponto do colapso, com o

objetivo de radicalizar o argumento de Marx e Engels de que o capitalismo nos liberta de “relações feudais, patriarcais e idílicas”.

Nesse sentido, o próprio manifesto de 1848 pode ser lido como um texto aceleracionista por excelência. Nele Marx e Engels não oferecem uma crítica moral ou nostálgica da lógica dissolutiva do capital. Parecem, ao contrário, fazer um entusiasmado elogio dos seus poderes de “destruição criativa”. Não por acaso, afirmam que a burguesia “desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário” e “criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas”. É com indisfarçável admiração que observam que a burguesia “não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção”, e que imprime um caráter cosmopolita à produção, roubando da indústria “sua base nacional” - “para desespero dos reacionários”, fazem questão de frisar.

De fato, na escolha de Deleuze e Guatarri pela via revolucionária cosmopolita, de lançar no processo, contra o isolacionismo nacionalista de Samir Amin, é possível ver ecos do Marx do *Discurso sobre o livre comércio* de 1848, no qual afirma: “em geral, o sistema de proteção de nossos dias é conservador, enquanto o sistema de livre comércio é destrutivo. Rompe velhas nacionalidades e leva ao extremo o antagonismo do proletariado e da burguesia. Em uma palavra, o sistema de livre comércio acelera a revolução social”.

Olhando para essas passagens, não é difícil pensar que o conteúdo fundamental dessa heresia aceleracionista marxista seria a convicção de que “uma vez que o capitalismo gera suas próprias forças de dissolução então trata-se de radicalizar o próprio capitalismo”, a própria definição sumária que Noys (2010, p. 5) oferece na primeira vez que apresenta o conceito de aceleracionismo em seu livro. Daí seria apenas um curto passo para a conclusão de que o aceleracionismo expressa uma espécie de “*politique du pire*”: quanto pior, melhor. Não que essa orientação esteja ausente da história do pensamento estratégico socialista, como no famoso comentário atribuído ao timoneiro Mao: “só há caos debaixo dos céus, a situação é excelente”. Na história do marxismo não faltou quem imaginasse que a desintegração social é a antessala da revolução social, e, portanto, na medida em que o desenvolvimento do capitalismo intensifica suas contradições, acelerar o colapso empurrando o processo para frente é apressar a revolução. Essa sensibilidade é melhor descrita em outra ficção científica: “Apocalypse Pop”, de Lee Konstantinou (publicada em 1988) que Steven Shaviro discute no início de seu livro de 2015 sobre aceleracionismo, “No Speed Limit” [Sem limite de velocidade].

Konstantinou descreve em seu romance distópico a tendência marxista-leninista “Destruição Criativa”, que interpreta os escritos de Marx como uma forma de profecia a ser realizada, de modo que a pré-condição para uma verdadeira revolução socialista é o desenvolvimento máximo do capitalismo em todas as suas dimensões, tanto extensivamente quanto intensivamente. O paradoxo explorado por Konstantinou literariamente é que a prática concreta desses “marxistas” não se distinguia em nada dos mais impiedosos capitalistas, ambos a serviço da ampliação máxima, sem barreiras, do circuito auto-amplificador do capital. É disso que trata então, afinal, um suposto aceleracionismo de esquerda: a atualização da tendência marxista ficcional da “destruição criativa”?

Essa, por óbvio, não é a posição do próprio Marx. Para Marx, a emancipação não é uma consequência automática do desenvolvimento técnico, mas fundamentalmente fruto de um projeto político consciente. É necessário ter em mente, contudo, que a eficácia de qualquer projeto político depende da sua adequada tração relativa a processos reais objetivos, cujo mapeamento exige uma investigação científica impiedosa (por assim dizer, “fria”). A razão torna-se, portanto, uma arma indispensável na luta pela liberdade: “a ignorância nunca ajudou ninguém”. A análise teórica do valor leva Marx à conclusão de que a tendência imanente necessária do capital é o aumento da força produtiva do trabalho. Isso ocorre em larga medida pela transformação dos meios de trabalho em maquinaria, que poupa tempo de trabalho, aumentando a produtividade ao substituir trabalho vivo por trabalho morto. Embora algo dessa análise já transpareça no Manifesto, só será plenamente atualizada no conceito de mais-valia relativa presente n’O Capital. O famoso “Fragmento das Máquinas” do Grundrisse mostra Marx a meio caminho, mas também mais livre para especular sobre as consequências últimas dessa tendência, em um esforço com um quê de ficção científica, onde se pode encontrar vislumbres de uma primeira imagem de um “comunismo de abundância inteiramente automatizado”. Para Marx, a tendência do capital é “conferir à produção um caráter científico” (MARX, 2011, p. 583). O desenvolvimento de um sistema automático de maquinaria torna o conhecimento uma “força produtiva imediata”. À medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva (valor de uso) passa a depender menos do tempo de trabalho e mais “do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção”. Marx fala então de um “intelecto geral” e da “submissão das forças da natureza à inteligência social”. Nesse sentido, a lógica capitalista alimenta o desenvolvimento da ciência natural e de sua aplicação técnica na produção, e a consequência tendencial necessária, imanente, é que o “trabalho científico geral” reduz o tempo de trabalho despendido na produção imediata a um momento subalterno da produção

social. Para Marx, a exploração do trabalho aparecerá então finalmente “como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria”. Por isso é possível dizer, destacamos, que “o capital trabalha pela sua própria dissolução”: “O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza” (id.ibid., p.588-9).

Para Marx, esse é um processo contraditório: ao mesmo tempo desumanizante e carregando em si possibilidades emancipatórias. Por um lado, o capital só emprega a máquina se por meio disso conseguir extrair mais valor do trabalhador, fazê-lo trabalhar uma parte maior do seu tempo para o capital. Por meio dessa transposição de poderes, a capacidade de trabalho do trabalhador é desvalorizada - a máquina parece para ele como um poder estranho, que o submete. O trabalhador é reduzido há um mero “acessório vivo” da maquinaria: “o que era atividade do trabalhador vivo devém atividade da máquina”. Daí resulta a degradação do indivíduo a mero operário, apêndice orgânico da máquina, e a diminuição de seu poder frente ao poder do capital como autômato: por isso, e Marx enfatiza o caráter paradoxal da técnica moderna, “a maquinaria mais desenvolvida força o trabalhador a trabalhar agora mais tempo que o fazia o selvagem” (id.ibid., p.591). Não é de se surpreender, portanto, “a luta dos trabalhadores contra a maquinaria”, conclui Marx em aceno simpático às tendências luddistas.

Por outro lado, a transformação do processo de produção em um processo científico, automatizado e maquínico, potencializado pelo intelecto geral, reduz o quantum de trabalho necessário a um mínimo. Sim, o capital o faz “involuntariamente”, apenas para aumentar ao máximo possível a exploração e a extração de valor, mas ao fazê-lo contribui para submeter as forças da natureza a inteligência social humana, e esse aumento da capacidade produtiva do indivíduo social pode ser posto “a serviço das necessidades humanas”. Isso, diz Marx, eventualmente “beneficiará o trabalho emancipado”, e, na verdade, é “a condição de sua emancipação”. Se o capital trabalha para sua própria dissolução é porque o desenvolvimento das forças do cérebro social poderá fazê-lo “voar pelos ares”:

Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despedido da forma da precariedade e contradição (MARX, 2011, p.588).

Marx, portanto, reconhece que os trabalhadores tinham boas razões para quebrar a maquinaria, que, afinal, estava destruindo suas condições de vida, e seus próprios corpos, além de degradar sua posição social, os tornando redundantes, obsoletos ou substituíveis do ponto de vista do capital. A questão, contudo, não é moral, mas estratégica: ao destruírem as máquinas os trabalhadores estavam nadando contra a corrente, se engajando em uma guerra que não poderiam vencer. A intervenção política de Marx então é argumentar que estrategicamente seria mais produtivo se organizar coletivamente para exigir a redução da jornada de trabalho. Do ponto de vista estratégico, essa via tem pelo menos quatro vantagens notórias: 1. Não é reativa: parte da nova realidade do capitalismo, e não de sua negação nostálgica; 2. Conquista aqui e agora tempo livre, ao aumentar a liberdade do trabalhador pela sua participação no crescimento de produtividade do trabalho social; 3. Constrói organização política: a luta coletiva pela redução da jornada contribui para a composição da “classe para si” e a vitória nessa luta aumenta a autoconfiança da classe e a prepara para o exercício do poder; 4. A redução da jornada, ao bloquear a via da mais-valia absoluta para o incremento da taxa de lucro, força os capitalistas a tomarem a via da mais-valia relativa, pelo aumento da produtividade do trabalho e a aplicação de ciência e técnica ao processo produtivo – ou seja, faz o capital trabalhar mais aceleradamente para sua própria dissolução.

Um aceleracionismo de esquerda como o de Marx não é, portanto, uma política do quanto pior melhor. Pelo contrário, a capacidade de mobilização e ação coletiva da classe cresce a partir de suas vitórias políticas e conquistas concretas. Quanto mais a classe trabalhadora avança, mais confiante de si se torna. Quanto mais autoconfiante, mais capaz de avançar e vencer - uma espiral virtuosa, de retroalimentação positiva, de composição de classe e potência coletiva. Um aceleracionismo de esquerda, portanto, não poderia ser caracterizado como a posição de “acelerar contradições”, ou de levar a acumulação capitalista às últimas consequências. Na visão do Marx, a marcha implacável dessa lógica acumulativa automática só poderia resultar na destruição das duas fontes de riqueza: o trabalhador e a terra. Seria mais adequado identificar o aceleracionismo, como

faz Shaviro (2015), como a posição que afirma que “o único caminho para fora é por dentro”. Não se trata, pois, de se entregar a um impotente saudosismo do passado, ou a uma condenação romântica do presente, mas em pensar que novos tipos de futuros emancipatórios se abrem a partir da nova situação. “Não começar das coisas boas e velhas, mas das coisas novas e ruins”, diria Brecht.

A questão é, assim, encarar o caráter brutalmente contraditório da modernidade, como explica Shaviro:

A visão de Marx do capitalismo é dialética, ao invés de moralista. Ele não se opõe à criação de “Novos desejos” ou demanda que voltemos aos antigos. Não condena o capitalismo por ser mau. Na verdade, Marx odeia o capitalismo por causar sofrimento e opressão em massa, mas não diz que, onde o capitalismo mobilizou novas tecnologias, precisamos rejeitá-las e voltar à vida em menor escala. Em vez disso, Marx está fascinado pela maneira como o capitalismo cria riqueza e pobreza ao mesmo tempo. O capitalismo produz as condições de possibilidade para um mundo de riqueza e liberdade ao mesmo tempo que produz miséria e alienação (SHAVIRO, 2015, p. 11)

Para lembrar Zizek, a lição se assemelha à mensagem final de Parsifal, de Wagner: a ferida só pode ser curada pela lança que a atingiu. Não há para onde voltar, nenhum éden originário de autenticidade pristina perdida. Como observa Roland Barthes em *Le Plaisir du Texte*, de 1973: “resta apenas uma maneira de escapar da alienação da sociedade atual: recuar à frente dela”. Não se trata de resistir, reativamente, ao capitalismo, mas de atravessá-lo – dentro e contra – para sair do outro lado. Para citar Brecht, mais uma vez: “Também aqui o caminho vai por cima do cadáver do capitalismo, mas também aqui este é um bom caminho”³.

Ao cunhar o conceito de “aceleracionismo”, Noys originalmente o mobiliza para se referir criticamente a uma heresia marxista francesa da década de 70, uma leitura afirmacionista em termos de fluxos e desejos, que privilegia a imanência. Contra os aceleracionistas, Noys quer justamente chamar atenção para a importância de uma postura crítica, negativa. A recepção do termo, no entanto, desencadeou discussões que buscavam resgatar uma segunda onda aceleracionista na década de 90, sobretudo centrada na Universidade de Warwick e nos trabalhos da Unidade de Pesquisa em Cultura Cibernética (CCRU). O termo logo encontrará seus novos e orgulhosos adeptos, que o ressignificam

³ Barthes e Brecht são citados por Noys em *Malign Velocities: Accelerationism and Capitalism*.

positivamente. Para esses novos aceleracionistas, trata-se de dobrar a aposta nas tendências "abstratas, desenraizadoras, alienantes, decodificadoras" da modernidade, como formulam Robin Mackay e Armen Avanessian na introdução de *#Accelerate*, de 2014. É para a produção do CCRU, e para as crescentes divergências entre seus dois principais expoentes, Mark Fisher e Nick Land, que nos voltamos agora.

O CCRU entre Fisher e Land: aceleracionismo fáustico ou prometeico?

O CCRU foi criado por Nick Land e Sadie Plant, ambos então professores da Universidade de Warwick, em 1995. Plant logo abandonaria seu posto acadêmico, deixando Land como a principal figura norteadora do trabalho do grupo. Depois de 1997, o CCRU perde qualquer relação com a universidade, mas continua existindo na forma de um coletivo frouxamente arranjado, primeiro operando em uma sala alugada, e depois digitalmente, até se dispersar por completo em 2003 - possivelmente devido ao crescente abismo político entre Fisher e Nick Land. Seu núcleo primordial era formado por Land, Fisher, Luciana Parisi, Suzanne Livingston, Robin Mackay, Anna Greenspan, Steve Goodman, mas orbitavam em torno do grupo também Ray Brassier e Hamilton Grant, ambos alunos de doutorado em Warwick sob a orientação de Land, Kowdo Eshun, teórico e artista autor do livro sobre afrofuturismo *More Brilliant than the Sun: Journeys in Sonic Futurism* [Mais brilhante que o sol: aventuras em futurismo sonoro], o filósofo deleuziano-nietzscheano Stephen Metcalf, e outros participantes das conferências *Futuros Virtuais* realizadas em Warwick de 94 a 96.

O primeiro livro de Land, de 1992, *The thirst for annihilation* [A sede por aniquilação], dedicado a Bataille e ao "niilismo virulento", já ecoa um certo "deleuzianismo sombrio". Mas é seu artigo de 1995, publicado em coautoria com Plant, *Cyberpositive*, que inaugura a orientação que chamamos aqui de "aceleracionismo fáustico". Combinando elementos da teoria de sistemas cibernéticos de Norbert Wiener com conceitos de Gilles Deleuze e Felix Guattari (esquizoanálise, desejo maquínico, desterritorialização etc.), Land e Plant querem se contrapor à preferência de Wiener, caracterizado como um "um dos grandes modernistas", por alças de retroalimentação negativa. Se a cibernética de Wiener é definida como ciência do controle e como

uma ferramenta para o domínio humano sobre a natureza e a história, a cibernética de Land é um elogio à perda de controle, a explosão das amarras por forças e tendências in-humanas. Enquanto a cibernética da retroalimentação negativa estaria focada em circuitos que promovem o equilíbrio, a estabilidade e a homeostase, sistemas de controle que compensam desvios, Plant e Land afirmam uma cibernética de retroalimentação positiva, de *runaway processes* [processos de fuga] fora de controle – explosiva, disruptiva, dissolvente, liquidificadora, apocalíptica.

Um exemplo de retroalimentação positiva, como o próprio Land apontará depois, se encontra na primeira parte do Manifesto Comunista, quando Marx e Engels descrevem a dinâmica da modernidade a partir da formação do mercado mundial: “A grande indústria criou o mercado mundial [...]. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento reagiu, por sua vez, sobre a expansão da indústria”. Para Land, é desse processo de fuga que a história moderna deriva seu gradiente, e o que confere ao capitalismo seu poder ácido, que profana tudo o que é sagrado, dissolve todas as relações fixas, e desmancha tudo o que é sólido.

Para o que apelidam jocosamente de “Sistema de Seguridade Humano”, tudo o que é ciberpositivo é um “inimigo da humanidade” – e tanto pior para a humanidade, concluirão Plant e Land. Pois o próprio planeta está se tornando inevitavelmente, implacavelmente, ciberpositivo. Estaríamos em uma época de derretimento generalizado, na qual os processos de fuga do capitalismo arrebataram com todas as amarras que constituem os mecanismos humanos de controle social, relegando a política à obsolescência. Longe de ser uma “invenção humana”, passível de ser mantida sob controle consciente, o capitalismo é mais parecido com um “contágio viral” descontrolado, se replicando ciberpositivamente por meio das redes globais.

Citando a injunção de Deleuze de ir “mais rápido na direção da desterritorialização”, Land já expressava sua orientação antissocialista em artigos como *Machinic desire* [Desejo maquínico], de 1993: “a revolução maquínica deve, portanto, ir na direção oposta à regulamentação socialista, pressionando por uma mercadorização cada vez mais desinibida dos processos que estão destruindo o campo social”. Para Land, os processos maquínicos podem ser ou ciberpositivos (nomádicos), gerando desterritorialização, ou cibernegativos (sedentários), produzindo reterritorialização. A retroalimentação positiva está ligada a “interação cumulativa, auto-catálise, processos auto-reforçantes, escalonamento, cismogênese, auto-organização”, reação em cadeia e círculos viciosos.

São processos que resistem à “inteligibilidade histórica”, porque tornam obsoletos qualquer parâmetro de avaliação para as transformações antecipadas. Justamente por não poder controlá-la, ou sequer compreendê-la, o Sistema de Segurança Humana é alérgico à “ciberrevolução”. Mas as forças produtivas estão, de uma maneira ou de outra, destinadas a uma “revolução delas mesmas”, indiferente a agência humana, que a aceleração ciberpositiva condena a uma crescente irrelevância. Para Land, a pergunta de se “queremos o capitalismo” é simplesmente ingênua, pois pressupõe que possamos fazer algo a respeito. O processo não está sob nosso controle. O capital, diz Land, não é uma essência, mas uma tendência, uma imanentização impulsionada pelo mercado que progressivamente subordina a reprodução social à “replicação tecno-comercial” – uma infecção da qual não podemos nos livrar. O desejo maquínico é inumano e implacável: destrói culturas políticas, apaga tradições, dissolve subjetividades. O que parece para a humanidade como a história do capitalismo é “uma invasão do futuro por um espaço inteligente artificial que deve se montar inteiramente a partir dos recursos de seu inimigo” (Land, 2011, p. 338). Em outro artigo, de 1994, *Meltdown* [Colapso], Land afirmava que o capital é um “vortex niilista automatizante”, e que “o homem é algo que ele deve superar: um problema, um entrave” (Land, 2011, p. 446) – à medida que a Terra é capturada pela “singularidade tecnocapitalista” nada humano consegue escapar do futuro próximo.

Se tanto para Marx quanto para Deleuze a aceleração das tendências do capital conduz à sua superação, em Nick Land o capitalismo é o fim do jogo. Não é o capitalismo que se torna um limite, um entrave, para o desenvolvimento das forças produtivas ou para autodesenvolvimento coletivo da própria humanidade, tal como na narrativa tradicional – “humanista” – do marxismo; aqui é a humanidade que eventualmente se torna um limite para o desenvolvimento do tecno-capital. Como observam Marques e Gonsalves (2020), no posfácio da edição brasileira do Realismo Capitalista de Mark Fisher, Land não está aí tão distante da ideia de Marx do capital como um “sujeito automático”, com sua lógica autonomizada inumana, uma espécie de “pulsão teleológica expansiva”, inerentemente niilista, indiferente aos anseios e esperanças humanas. Há duas diferenças cruciais, contudo:

1) Land não acredita que a “síntese dialética” final desse processo seja a reapropriação da produtividade das máquinas por uma humanidade redimida; 2) ao conceitualizar, à moda da teoria econômica neoliberal, os processos de mercado como uma atividade cognitiva, Land identifica desenvolvimento do capitalismo com a emergência da Inteligência Artificial. O que está se constituindo em escala planetária por meio das alças de retroalimentação positiva do circuito tecno-capital é um devir in-humano da *inteligência, uma hiper-inteligência com a sua própria agenda e trajetória autônoma, com a qual não é possível barganhar, “que não sente pena ou remorso ou medo e absolutamente não vai parar, nunca”*. (MARQUES; GONSALVES, 2020, p. 198)

A narrativa de Land parece saída de um filme de horror cósmico: a lição lovecraftiana é a marginalidade, e mesmo irrelevância, da consciência humana no grande drama cósmico. Conforme o circuito ciberpositivo do tecno-capital se globaliza e se acelera, consome sua autonomização e torna-se uma força imparável e impiedosa. Não sem razão, Noys já havia apelidado a produção do CCRU, referindo-se sobretudo à posição landiana, de um “deleuzianismo thatcheriano”. De todo modo, essa celebração do fim da agência coletiva humana estava em linha com o discurso pós-político do neoliberalismo triunfante dos anos 90, cuja legitimação partia da percepção da inevitabilidade da financeirização e da globalização econômica, que tornavam impotente qualquer pretensão de soberania política. O capital reivindicava o lugar de força histórico-mundial revolucionária, desmantelando qualquer bloqueio a dinâmica de acumulação e refazendo o globo inteiro à sua própria imagem.

É possível traçar uma distinção entre o aceleracionismo fáustico de Land e um aceleracionismo prometeico – e é fácil ver como se encaixa bem com a linha que separa um aceleracionismo de direita (pró capitalista) e um aceleracionismo de esquerda (de inspiração marxista). Já no Manifesto Comunista, Marx e Engels remetem à imagem do “feiticeiro que já não consegue dominar as forças subterrâneas que invocara” para ilustrar o caráter descontrolado do capitalismo, e Marx continuará em toda a sua obra madura utilizando o vocabulário da magia, da necromancia, para expressar o poder (fetichista) que as coisas exercem sobre as pessoas nas sociedades em que dominam o modo de produção mercantil. Para Marx, o projeto de emancipação é um projeto político que reafirma o controle humano sobre as coisas social produzidas, é uma aposta (prometeica) no autogoverno racional contra a autonomização de formas sociais fetichizadas. Para Land, no entanto, o feiticeiro é só um meio pelo qual uma entidade monstruosa se utilizou para penetrar na atualidade. Como afirma a respeito do capitalismo em sua “Introdução rápida e suja ao

aceleracionismo”: “a humanidade é seu hospedeiro temporário, não seu mestre”. A aceleração das tendências em direção ao caos e à dissolução, à liquefação, implica para Land a futilidade de qualquer projeto político que se identifique com o horizonte prometeico do “autodomínio coletivo”. O elemento fáustico do capitalismo que em Marx aparece de uma perspectiva crítica é simplesmente abraçado pelo “libertarianismo cósmico” de Land: que o capital escape ao controle é um ponto positivo para o capital, não um problema.

Isso não quer dizer, no entanto, que não haja armas emancipatórias a se recuperar do arsenal do CCRU, e o trabalho subsequente de Mark Fisher assim o demonstra. Não é por acaso que as discussões que desaguaram no que mais tarde foi chamado de “aceleracionismo de esquerda” se iniciaram na rede de blogs em que Fisher era um nó crucial. Em uma entrevista de 2010, Fisher afirma que o que o interessava naquele momento era “sintetizar alguns interesses e métodos do CCRU com uma nova forma de política de esquerda” (Fisher, 2020, pos. 10510). Alex Williams, um dos dois autores do Manifesto Aceleracionista de 2013, se referia – antes do aparecimento do termo “aceleracionismo” no texto de Noys – à possibilidade de inventar um “landianismo de esquerda”, partindo da concepção landiana do capitalismo como um “polimorfo acéfalo cego”, inteiramente inumano.

Possivelmente, a marca fundamental do trabalho coletivo do CCRU é o desenvolvimento da ideia de “teoria-ficção”. Se por um lado a teorização do grupo frequentemente assumia a forma narrativa ficcional, mais importante ainda era a própria importância teórica que atribuíam à ficção, mas especificamente ao devir real da ficção. O conceito crucial aqui é o de “hiperstição”: um neologismo criado pelo grupo a partir da palavra “superstição” para se referir a uma “tecnociência experimental de profecias autorrealizáveis”, que subverte a distinção entre representações cognitivas e fabulações especulativas. Enquanto uma superstição seria meramente uma crença falsa, ineficaz, a hiperstição produz dinamicamente sua própria realidade. A hiperstição é precisamente onde a teoria-ficção se encontra com o ciberpositivo: trata-se de circuitos de retroalimentação positiva em que o futuro é causalmente funcional sobre o presente. A teorização como prática hipersticional pretende funcionar não como uma representação passiva, exterior à realidade da qual fala, mas como parte de um processo ativo de transformação imanente.

Uma das imagens favoritas do CCRU para ilustrar a hiperstição é a de um aparelho que viaja no tempo para desencadear a própria existência – um “tentáculo emitido do futuro”, uma visão

do porvir que retorna para desenhar a própria história. Pense, por exemplo, na Skynet de *Exterminador do futuro*, enviando seus agentes para o passado para acelerar o apocalipse das máquinas, retroativamente estabelecendo sua própria condição de emergência. Outra imagem é a de uma infecção viral – um processo que se apropria de um hospedeiro e o manipula para a sua própria proliferação exponencial. Renan Porto explica o conceito da seguinte maneira:

Um tipo de ficção que objetiva a sua própria realização, uma espécie de mitologia deliberada que é condição para o concreto. [...] Podemos também entender isso como um agenciamento coletivo de enunciação que transforma a nossa percepção sobre o futuro, desloca os nossos horizontes de expectativas, os nossos recortes de interesses, de modo que essa transformação de sentido muda totalmente a nossa relação com o presente, mas também confere outros sentidos ao passado, isto é, nos lança em pontos ainda não explorados da memória viva. (PORTO, 2017, p. 61)

Para Land, o capitalismo encarna uma “dinâmica hiperstacional” em uma intensidade sem precedentes, convertendo a “especulação” em uma força eficaz na história mundial. Já a esquerda política, por sua vez, seria inerentemente “desaceleradora”, um entrave nos processos libidinais. “O capital se revoluciona mais completamente do que qualquer revolução extrínseca poderia”, diz Land em *A quick and dirty introduction to accelerationism* [Uma introdução rápida e suja ao aceleracionismo], de 2017, “não há distinção entre a destruição do capitalismo e sua intensificação”. A esse processo acelerado de autodestruição não caberia crítica – ele é a própria crítica em ação, retroalimentando-se em sua espiral descontrolada e dissolvedora.

Na década de 90, Fisher foi, de fato, profundamente influenciado por Land, chegando a pensar que a cibernética havia tornado Marx obsoleto. A partir dos anos 2000, no entanto, Land e Fisher entram em uma trajetória de acentuada divergência política e filosófica, que resultaria na dissolução do CCRU. Segundo o relato do próprio Fisher, trabalhar no setor público na Grã-Bretanha, sob o governo blairista, o fez ver que o capitalismo neoliberal “não se encaixava no modelo aceleracionista”, e que estava, ao contrário, produzindo sua própria forma de burocracia, “difusa e descentralizada”. A experiência como professor e como sindicalista, combinada com o encontro teórico com Žižek e Badiou, o empurrou para outras posições políticas, em direção à renovação da prática socialista. Aí se encontram as raízes do “aceleracionismo de esquerda”.

Fisher e Alex Williams começam a experimentar com a ideia de resgatar elementos da abordagem do CCRU para reativar a esquerda socialista ao longo da segunda metade dos anos 2000. Em 2009, Fisher lança seu primeiro livro, “Realismo Capitalista”, no qual a caracterização do capitalismo é obviamente tributária da demonologia tão característica da produção do CCRU: “A descrição mais gótica do capital é também a mais precisa. O capital é um parasita, um vampiro insaciável, uma epidemia zumbi” (FISHER, 2020, p. 28). Mas já se afastando da “anti-política exuberante” de Land, com sua típica “celebração tecniilista da irrelevância da agência humana”, Fisher procura enfatizar que o capital “é tanto uma estrutura impessoal hiper abstrata quanto algo que não poderia existir sem a nossa colaboração”. No post de blog que deu origem a esse capítulo (de 2005, e publicado na coletânea póstuma “K-punk”) o debate tenso com Land é ainda mais evidente: Fisher identifica uma aproximação entre o anti-humanismo de Land e os profetas neoliberais do fim da história, como duas formas de determinismo que “insistem que os componentes de carne (ou humanos) da máquina de capital não têm consequências, uma vez que o triunfo total do capital é historicamente inevitável” (FISHER, 2019, pos. 7200). Nos dois casos a conclusão é que a resistência é inútil: tudo será assimilado. Fisher quer insistir, no entanto, que o capital não pode se reproduzir sem a agência humana, mas nós podemos muito bem viver sem o capital: o parasita abstrato precisa de seus “fantoques de carne”, mas nós não precisamos do parasita. Desconsiderar a função crucial da carne humana na máquina do capital é “má cibernética”, e negar a agência humana não passa de uma “fantasia de ficção científica”. Daí em diante, Fisher se ocupará de pensar como produzir novas formas de agência coletiva que possam resistir eficazmente à autonomização pulsional do capital como sujeito automático, inconsciente e inumano. Para que a humanidade possa se livrar de seu parasita abstrato, estaríamos obrigados a construir novas forças de ação coletiva, compor um novo sujeito político.

Fisher nunca vai deixar de admirar a visão de Land do capital como um “mão invisível turbinada com upgrades cibernéticos” (FISHER, 2020, p. 80), em vias de se constituir como uma “inteligência artificial planetária”, mas vai negar que algo como o “capitalismo em estado puro”, um Real destruturante de pura força de desterritorialização, seja possível ou corresponda a qualquer tendência efetiva. O “capitalismo realmente existente”, como aliás já havia identificado Deleuze e Guattari, reterritorializa com uma mão o que desterritorializa com a outra. As forças de antiprodução não são meros elementos extrínsecos que o bloqueiam de fora, mas elementos constitutivos, sem os quais o próprio capitalismo não pode continuar se reproduzindo.

E se Land via no capitalismo uma encarnação da dinâmica hipersticcional em um “nível de intensidade sem precedentes e insuperável”, Fisher – em conversa com Judy Thorne⁴ sobre a ideia de “comunismo de luxo” [*luxury communism*] – procura pensar o que seria uma “prática comunista hipersticcional”:

Prefiro falar em hipersticcão - definida como o processo pelo qual as ficções se tornam reais - do que em utopismo. Muito do capitalismo funciona através de processos hipersticcionais. Na verdade, você poderia argumentar que o próprio capital é uma hipersticcão. Em um nível menor, as várias técnicas de hype que o capital usa - em que postular o sucesso de um produto ajuda a garantir esse próprio sucesso - são bons exemplos de práticas hipersticcionais. Acredito que precisamos pensar sobre o que seria uma prática hipersticcional comunista. Você poderia dizer que toda a teoria da consciência de classe, de Lukács em diante, foi uma tentativa de fazer exatamente isso. A consciência de classe seria uma espécie de circuito autorrealizável, pelo qual o novo sujeito revolucionário produziria a si mesmo. A consciência de classe não reflete passivamente um estado de coisas já existente: e sim intervém ativamente para produzir algo novo.

A disposição para articular temas e conceitos avançados pelo CCRU com uma política de classe socialista ganha novo fôlego com a realização do Simpósio sobre Aceleracionismo de 2010, em Goldsmith. Na sua exposição, mais tarde incluída como capítulo do “Accelerationist Reader”, Fisher reivindica ironicamente o termo pejorativo de Noys com a provocação: “somos todos aceleracionistas”. Se por um lado reconhece a influência formativa de Land em seu pensamento, por outro faz questão de marcar distância: “Land foi o nosso Nietzsche”, diz Fisher, a mesma “bizarra mistura do reacionário com o futurista”. Talvez o aceleracionismo de direita landiano, cutuca Fisher, possa ser o antagonista perfeito para despertar a esquerda contemporânea de seu sono complacente. Por um lado, o realismo capitalista não é capaz de oferecer mais do que “uma simulação de inovação e novidade que disfarça a inércia” – uma “estagnação frenética” – mas, por outro, uma esquerda derrotista e nostálgica, presa numa retórica de “resistência e obstrução”, acaba irreflexivamente trabalhando a favor da anti-metanarrativa do capital como a única opção que para em pé (FISHER, 2014, p. 346). “O marxismo não é nada se não for aceleracionista”, é o desafio lançado por Fisher: retroceder a uma crítica moral e romântica do capitalismo seria simplesmente trair a orientação ao futuro que animou o pensamento-prática de Marx e do movimento revolucionário moderno.

⁴ Em “Futures and Fictions” (O’SULLIVAN; GUNKELL; HAMEED, 2017).

Essa orientação é reforçada pela publicação do *Manifesto aceleracionista*, de Alex Williams e Nick Srnicek, em 2013. O manifesto procura organizar em forma de um diagnóstico e programa sumários, em tom confiante e dogmático, o tipo de política que Fisher estava Tateando: a reivindicação da modernidade e de um certo prometeanismo, o capitalismo neoliberal como uma trava que bloqueia as possibilidades de progresso humano, a ênfase de que a “plataforma material” do capital (suas inovações técnicas e infraestruturas) não precisa ser destruída, mas refuncionalizada para “fins comuns”, subvertida e reapropriada. Refuncionalização é o conceito central do Manifesto, na sua argumentação de que a infra-estrutura capitalista existente não deve ser sabotada ou esmagada, mas usada como uma plataforma para o lançamento do pós-capitalismo. Os autores retomam explicitamente assim a orientação de Lenin de que o socialismo não é possível sem a engenharia de larga escala posta em marcha pelo desenvolvimento capitalista, a partir das conquistas da ciência moderna. A conclusão é que a automação não deve ser resistida, mas acelerada, a fim de tornar possível o “reino da liberdade”, do comunismo como tempo livre, do qual já falava Marx.

Srnicek e Williams, contudo, logo abandonam o termo “aceleracionismo” e a referência à terminologia de Nick Land, quando publicam em 2015 o livro *Inventing the future: postcapitalism and a world without work* [Inventando o futuro: pós-capitalismo e um mundo sem trabalho], onde nem Land nem Deleuze aparecem. Curiosamente, no entanto, retomam o conceito de hiperstição do CCRU, em chave fisheriana. Reivindicam assim o papel da utopia para política transformadora, mas não uma utopia puramente contemplativa, desassociada das tendências reais, e sim utopia como exercício de imaginação prática, com efeitos reais: utopias funcionam como “personificação das hiperstições do progresso”, que exigem que o futuro seja realizado.

Os outros livros britânicos da mesma época apontam para uma mudança do clima nos meios ativistas, como *Pós-capitalismo: um guia para o nosso futuro*, de Paul Mason, e *Comunismo de luxo totalmente automatizado*, de Aaron Bastani. São obras que expressam uma clara orientação ao futuro, cujo objetivo explícito parece ser ampliar os horizontes políticos na contramão da tendência às expectativas decrescentes que se impôs nos anos de auge do realismo capitalista. Fazem parte de uma produção crescente, em especial na esquerda do Reino Unido e dos Estados Unidos, que convida a uma intervenção estratégica para a construção do futuro.

Automatização total e planejamento computacional

Vale a pena, portanto, nos determos um pouco sobre obras contemporâneas que expressam o espírito do “aceleracionismo de esquerda”. A ideia de apontar para o futuro e de ousar construir imagens e perspectivas de alternativas ao capitalismo – muitas vezes num movimento de hiperstição – traz algo que parecia estar em falta na esquerda do pós-guerra fria: um pensamento prospectivo. Sobretudo após o fracasso dos movimentos de ocupação anti-austeridade, cresce a percepção de que, para além de uma política da resistência, da defesa dos direitos, da denúncia das atrocidades do capitalismo, seria imperativo, a fim de conquistar adesão majoritária na sociedade, apresentar um projeto alternativo de mundo razoável, “imaginável”, que fosse simultaneamente “bem pensado”, do ponto de vista racional, e em sintonia com os desejos circulantes, do ponto de vista libidinal. Seja o “comunismo luxuoso totalmente automatizado”, seja a perspectiva de um planejamento democrático usando os algoritmos contemporâneos para a leitura de Big Data – como na obra de Leigh Philips e Michal Rozworski (2019) – a nova sensibilidade aceleracionista busca enfrentar o realismo capitalista de frente, assumindo a tarefa teórico-prática de “inventar um novo futuro”, como propõem Srnicek e Willians (2015).

Srnicek e Willians partem de uma constatação dupla: as mudanças tecnológicas do capitalismo estão transformando radicalmente a sociedade, por um lado, mas a esquerda, seja em sua encarnação institucional organizada, seja em sua versão autonomista extraparlamentar, não tem sido capaz de apresentar projetos estratégicos antissistêmicos. Os autores buscam então construir um panorama desses limites da esquerda e dessas tendências, adotando uma perspectiva explicitamente estratégica. O cerne da proposta é a ideia do pós-trabalho – acelerando a substituição de mão-de-obra humana pela automação robótica e a Inteligência Artificial de dados massivos – e a Renda Básica Universal (RBU), como uma forma de separar subsistência e trabalho que poderia ampliar o horizonte de liberdade e assim como as possibilidades de organização coletiva do trabalho precarizado.

Recusando a fixação política em torno da “resistência”, do imediatismo, do localismo e do voluntarismo – uma matriz de imaginário político que apelidam de “Folk Politics” – Srnicek e Williams argumentam que para superar o capitalismo é preciso delinear um projeto de poder, capaz efetivamente de produzir um novo senso comum, como o neoliberalismo foi capaz de fazer à sua época. *Inventing the Future* pretende ser justamente uma contribuição a esse projeto de construção hegemônica. A esquerda deveria reivindicar a modernidade, galvanizar uma força

majoritária contrahegemônica, alguma forma de política de alta intensidade populista, e assim mobilizar em direção a um mundo pós-trabalho. Reivindicar uma “modernidade de esquerda” passaria por reconstruir uma imagem de *progresso* histórico emancipatório. A noção de progresso, as visões de futuro, sempre foram patrimônio da esquerda e parecem ter sido deixadas de lado:

Do desconforto da esquerda radical com a modernidade tecnológica à incapacidade da esquerda social-democrata de imaginar um mundo alternativo, em todos os lugares hoje o futuro foi amplamente cedido à direita. Uma habilidade em que a esquerda se destacava - construir visões atraentes para um mundo melhor - se deteriorou após anos de negligência. (SRNICEK; WILLIAMS, 2015, pos. 1633)

No que diz respeito à análise do capitalismo contemporâneo, a tese é simples: a tendência é que a automação substitua cada vez mais o trabalho humano, inflando uma população excedente que tende a ser administrada militarmente. Em um contexto neoliberal, a tendência espontânea é ampliação do desemprego, da falta de perspectivas, e a redução do poder de barganha de uma classe trabalhadora atomizada e sobrecarregada, com o aumento das horas trabalhadas convivendo com o aumento do número dos que não consegue encontrar qualquer tipo de contrato de trabalho estável. A esquerda deve se preparar para lidar com essa realidade, e oferecer uma rota de saída crível e atraente. Os autores propõem então o que chamam, inspirados em André Gorz, de “reformas não-reformistas” que, baseadas nas tendências reais, imanentes, do capitalismo contemporâneo, pressionariam seus limites e contribuiriam para um equilíbrio de forças capaz de aprofundar as mudanças em direção a outro tipo de futuro. O objetivo fundamental desse tipo de reforma é não apenas conter ou mitigar certas mazelas do capitalismo, mas criar estrategicamente as condições para subseqüentes conquistas. O que elas buscam é ampliar os recursos – incluindo o tempo – e a autoconfiança de um sujeito político coletivo em desenvolvimento, de modo a tornar os ganhos irreversíveis e as vitórias futuras mais prováveis. Não se trata, portanto, de romper com o capitalismo do dia para noite, a partir de um evento insurrecional que cai do céu para instaurar uma nova terra, mas de superar neoliberalismo como um primeiro passo rumo ao pós-capitalismo. Ante a antiga polarização entre um neoliberalismo zumbi e uma socialdemocracia conservadora, a esquerda deveria pensar para frente, traçar uma rota de onde estamos para onde gostaríamos de nos aproximar.

Esse projeto consistiria em quatro elementos. Primeiro, a automação total: a esquerda deveria não só aprender em termos conceituais rigorosos, aproveitando-se das melhores ferramentas científicas disponíveis, o processo de automação do mundo do trabalho e administração logística-informacional da circulação de produtos em escala mundial, mas buscar abraçar as inovações poupadoras de trabalho humano como parte fundamental de um projeto de libertação humana universal. Os autores argumentam que sem a automação, o futuro pós-capitalista teria que escolher entre abundância em detrimento da liberdade, ou liberdade em detrimento da abundância, ressoando a conclusão de Marx de que a máquina é condição da emancipação do trabalho, pois é a abundância de tempo livre que abre as portas para o “reino da liberdade”. Para eles, *“este é um projeto que toma uma tendência capitalista existente e busca empurrá-la para além dos parâmetros aceitáveis das relações sociais capitalistas”* (id.ibid., pos.2097). Os autores, contudo, são cuidadosos em reafirmar, insistentemente, que nada disso seria fruto automático, natural, das tendências do capitalismo. Não se trata de uma espécie de “determinismo teleológico”, no qual o capitalismo está fadado, independente da agência humana, a entregar um reino de abundância. Na história não há garantias, nem destinos pré-determinados. Aqui cabe resgatar a noção que Fisher atribui a Frederic Jameson de uma “providência materialista” do projeto comunista. Ao contrário da noção religiosa de providência, de uma história pré-programada por um sujeito divino transcendente, a questão é atuar dentro da história, a partir de suas tendências reais, para criar algo como um “destino secular”: a agência humana assumindo um papel consciente e proposital de governar o próprio processo histórico no sentido da maximizar a liberdade e as possibilidades de auto-desenvolvimento. Isso exige um movimento político de massas organizado, que não pode ser substituído por um simples “solucionismo tecnológico”.

Além da automação total, três outros elementos comporiam o projeto de “reformas não reformistas” proposto: (2) a redução da jornada de trabalho; (3) a renda básica universal, que serviria como forma de não só garantir as necessidades básicas das pessoas, mas também de libertá-las da necessidade de trabalhos ruins, aumentar o poder de barganha dos trabalhadores, etc.; e (4) uma transformação cultural, com um questionamento da ética do trabalho. A combinação desses elementos formaria a coluna vertebral de um projeto político potencialmente hegemônico, alternativo tanto ao neoliberalismo quanto à socialdemocracia.

A demanda pela automação total amplia a possibilidade de redução da jornada de trabalho e aumenta a necessidade de uma renda básica universal. Uma redução na jornada de trabalho ajuda a produzir uma economia sustentável e alavancar o poder de classe. E uma renda básica universal amplia o potencial de redução da jornada de trabalho e expande o poder de classe. Também aceleraria o projeto de automação total: conforme a força de trabalho aumentasse e o mercado de trabalho se estreitasse, o custo marginal do trabalho aumentaria à medida que as empresas se voltassem para máquinas para se expandir. (id.ibid., pos. 2496)

Se a esquerda anticapitalista quer ser mais do que um coro de lamentações ineficazes que serve de música de fundo para o cortejo do realismo capitalista, ela precisa pensar a sério uma estratégia de poder. Os autores propõe a construção de um movimento de massas de caráter populista, que possa servir como ponto de confluência para população excedente e os trabalhadores precarizados dispersos, um ecossistema vibrante e heterogêneo de organizações (envolvendo partidos, movimentos, coletivos, institutos de pesquisa e iniciativas comunicacionais, que se complementem em suas tarefas e se reforcem mutuamente, a partir de uma diversidade de táticas e formas organizacionais) e uma robusta análise fria do terreno de lutas e dos pontos de ruptura passíveis de intervenção no capitalismo contemporâneo. Os autores reconhecem bem que se trata de um projeto arriscado, sem garantias, mas julgam que é necessário correr os riscos, desde que se esteja preparado para lidar com as consequências não-intencionais e imprevistas no decorrer do desenrolar dos processos. O apelo a uma razão astuta, pronta a responder navegacionalmente aos efeitos colaterais da ação humana, substitui a antiga fé modernista no determinismo e no poder da racionalidade de formatar sem excessos a realidade social. O argumento chave, no entanto, é que qualquer esquerda digna do nome não pode ficar presa no presente, e menos ainda voltada ao passado: não há nenhum paraíso pré-capitalista autêntico ao qual retornar. Não seria desejável, mesmo se fosse possível. O desafio é construir, a partir dos recursos e ferramentas disponíveis para nós hoje, uma nova hegemonia, orientada ao futuro – dar o próximo passo, ultrapassando os parâmetros do sistema de realidade neoliberal, em plena desintegração, que na sua decadência ameaça a humanidade com o aprofundamento do barbarismo:

Qualquer movimento que deseja permanecer relevante e politicamente potente deve lidar com tais potenciais e desenvolvimentos em nosso mundo tecnológico. Devemos expandir nossa imaginação coletiva além do que o capitalismo permite. Em vez de se contentar com melhorias marginais na duração da bateria e no poder de processamento do computador, a esquerda deve mobilizar sonhos de descarbonização da economia, viagens espaciais, economias robotizadas - todas as pedras de toque tradicionais da ficção científica - a fim de se preparar para o dia depois do capitalismo. O neoliberalismo, por mais seguro que possa parecer hoje, não contém nenhuma garantia de sobrevivência futura. Como todo sistema social que conhecemos, não durará para sempre. Nossa tarefa agora é inventar o que acontece a seguir. (id.ibid., pos. 3595)

Aaron Bastani, por sua vez, começa o livro “Comunismo de Luxo Totalmente Automatizado” argumentando que estamos diante de um momento de transformação dos mais importantes da história. A primeira grande transformação teria ocorrido há mais ou menos 12 mil anos, com o advento da agricultura. Em meados do século XVIII, a Revolução Industrial iniciaria a segunda grande transformação. A conjuntura atual implica uma ruptura tão importante quanto essas duas anteriores.

Assim, longe de ser confrontado com uma escolha entre mudança e inércia, um mundo dramaticamente diferente do nosso é inevitável e se aproxima. A questão-chave é esta: no interesse de quem ele será criado? O que se segue é um sumário do mundo em que isso começa a se desdobrar, apresentando o espectro da crise - ecológica, econômica e social - ao lado da abundância potencial de uma alternativa emergente. A partir daí, propõe-se que um mapa político possa ser obtido a partir dos desafios que enfrentamos e das ferramentas potenciais à nossa disposição. Este mapa é um comunismo de luxo totalmente automatizado. (BASTANI, 2019)

Explicitamente inspirado na análise de Fisher, Bastani argumenta que, enquanto o consenso liberal dominante a partir dos anos 90 prega que a história acabou, a crise de 2008 reabre as portas para a história, e nesse contexto emergem novamente as oportunidades para alternativas radicais – sejam elas de esquerda ou de direita – até então relegadas às margens do debate público. É precisamente esse afundamento do centro, e a profusão de demandas e discursos tidos como extremos, que marca a desintegração do realismo capitalista.

Assim como a Revolução Industrial antes, a grande transformação contemporânea se dá na esteira de uma inovação tecnológica, nesse caso sobretudo na capacidade de processamento e armazenamento de informações, o que permite um desenvolvimento tecnológico de tal magnitude

que tende a transformar profundamente a vida humana: as máquinas são cada vez mais capazes de replicar o trabalho humano, a energia solar poderia resolver o problema da energia e a mineração de asteroides eliminar a escassez de recursos minerais. Um ponto de partida crucial para Bastani é que as transformações acontecem de modo acelerado, em ritmo exponencial, devido a “Lei de Moore”, gerando uma “abundância de informação”. E na medida em que os bens informacionais são não-rivais e não-exclusivos, o custo de reprodução tende a zero. A tendência, segundo Bastani, é que aconteça o mesmo com comida, energia, recursos naturais, criando as bases para um mundo de abundância tecnológica, superando o trabalho, o lucro e a escassez – desde que haja vontade e organização política. Bastani remete ao projeto comunista de Marx, e especificamente ao “fragmento das máquinas” nos Grundrisse, onde se encontra ao mesmo tempo uma análise pioneira do desenvolvimento tecnológico no capitalismo, mas também das imensas oportunidades para a emancipação que se abrem: “Ao passo que gera enormes quantidades de sofrimento e exploração sob o capitalismo, sob outro sistema representaria uma oportunidade gigantesca”.

A diferença do “comunismo de luxo totalmente automatizado” (FALC, na sigla em inglês) para o comunismo soviético e as demais experiências do assim chamado “socialismo real” seria que, independentemente das intenções subjetivas, as condições materiais para uma sociedade sem trabalho, sem classes e com abundância ainda não estavam colocadas anteriormente. A depender da iniciativa política e do desenlace de disputas sobre o futuro, o FALC poderia emergir como conclusão das tendências da Terceira Transformação. Essas tendências de transformação do momento atual, que geram as condições para o FALC, são descritas em detalhes por Bastani, e sintetizadas em cinco eixos: a sociedade da pós-escassez no trabalho, na energia, nos recursos, na saúde e na sustentabilidade. As tendências de abundância em todos esses eixos precisam – para se efetivar – de uma política apropriada, caso contrário simplesmente serão reelaboradas para novas formas de extração de lucro. Essa política contra hegemônica, capaz de colocar as necessidades humanas acima dos lucros privados, uma política, diz Bastani sinalizando para Srnicek e Williams, que “para tomar emprestado um termo, invente o futuro”. O projeto, portanto, seria o de uma política coletiva para “além da escassez, do trabalho e das formas estreitas de individualidade e identidade oferecidas pelo neoliberalismo”.

Assumindo o diagnóstico de Srnicek e Williams, Bastani sugere também abandonar a “folk politics”, assumir a modernidade e articular uma linguagem acessível e emocionalmente

ressonante. Seria necessário construir um instrumento político eleitoral dos trabalhadores, com uma política populista, democrática e aberta, cujo propósito deliberado seria estabelecer uma formação social livre (direitos humanos, liberdades individuais), luxuosa e em busca da pós-escassez. A primeira tarefa seria barrar e reverter as privatizações, colocando em primeiro plano não uma renda básica universal, mas Serviços Básicos Universais (serviços públicos gratuitos e de acessíveis a todos), com incentivos a escalas mais locais de economia. Os Bancos Centrais teriam papel importante principalmente no aumento de salários e no financiamento de moradias baratas, mas o PIB não poderia ser o medidor do crescimento e das metas a serem alcançadas.

Em síntese, o argumento geral de Bastani é que as experiências comunistas anteriores não estavam diante de um mundo com condições tecnológicas para efetivamente garantir uma sociedade da abundância, mas a Terceira Transformação enfim proporciona isso. O FALC não seria nem fruto automático das tendências desse processo – precisa ser politicamente construído, com uma transição populista – e nem o objetivo final, mas sim um novo começo, uma espécie de mapa.

Obviamente, qualquer mapa eficaz deve instruir seu usuário sobre os próximos passos, cuja clareza deve ser tão aparente quanto o destino pretendido. É por esta razão que o FALC rejeita o idealismo ou uma visão excessivamente otimista da natureza humana, oferecendo ação imediata no lugar disso. Enquanto o FALC se situa em uma transformação tão sísmica quanto a da chegada da agricultura, sua política concreta consiste em demandas específicas e prontamente identificáveis: uma ruptura com o neoliberalismo, uma mudança para a produção de propriedade dos trabalhadores, uma transição financiada pelo Estado para energias renováveis e serviços universais - corretamente identificados como direitos humanos - colocados para além da troca de mercadorias e do lucro. O FALC não é um manifesto para os poetas de olhos brilhantes. Em vez disso, nasce do reconhecimento de uma verdade cada vez mais óbvia: em meio às mudanças da Terceira Ruptura, o "fato" da escassez está se movendo da certeza inevitável para a imposição política. Este não é um livro sobre o futuro, mas sobre um presente que continua a não ser reconhecido (id.ibid., pos. 3187).

A contribuição trazida pelo livro de Phillips e Rozworski em *People's Republic of Walmart* (2019) parece ser das mais promissoras no campo concreto do debate aceleracionista. Ao mesmo tempo que em que guarda ousadia e otimismo consideráveis, o livro se restringe à discussão de uma possibilidade que parece ser bastante mais palpável do que algumas das tendências apontadas por Bastani ou Srnicek e Williams: a de usar a tecnologia disponível de leitura de Big Data para organizar economias planejadas em níveis nacionais. Para mostrar a pertinência do projeto, o ponto

do livro é demonstrar como no capitalismo isso já é efetivamente feito, mas de forma limitada e autoritária: apenas dentro das grandes corporações – como o Walmart e a Amazon – e justamente por isso de maneira antidemocrática, o velho despotismo fabril do qual falavam Marx e Engels. Por esse caminho, os autores retomam o clássico debate do “cálculo socialista” para argumentar que as condições tecnológicas do nosso tempo permitem abordá-lo em outro patamar.

Phillips e Rozworski resgatam o debate das décadas de 1920 e 1930, em que economistas de esquerda influenciados pelo marxismo e economistas da escola austríaca discutiram acerca da viabilidade do planejamento econômico. Em resumo, os argumentos contra o planejamento enfatizavam a impossibilidade da sistematização de informações por parte de qualquer agência planejadora, e conseqüentemente reafirmavam necessidade do mercado como único organizador possível de uma economia industrial de grande escala. Entretanto, os autores defendem que o desenvolvimento de algoritmos capazes de processar uma quantidade altíssima de dados altera qualitativamente esse diagnóstico, criando condições inclusive para prever o que os consumidores irão demandar (como acontece com a Amazon, por exemplo).

Os autores introduzem esse debate para demonstrar que o Walmart é um exemplo de que uma economia de larga escala planejada pode funcionar – assim como a Amazon. Desde os anos 1970, o Walmart começou a investir em tecnologia da informação e a planejar toda sua cadeia produtiva – da produção das mercadorias até a venda no varejo: transparência de informações dentro da empresa e planejamento passaram a ser fundamentais e os resultados foram extremamente positivos em termos de eficiência, economia de recursos e conseqüentemente maximização dos lucros. O outro braço do argumento dos autores é relacionado à democracia: se há planejamento dentro do capitalismo, definitivamente não acontece de forma democrática. As corporações capitalistas que se utilizam de um planejamento econômico em larga escala não o fazem buscando nenhum tipo de atendimento a interesses comuns, e por isso não precisam ouvir seus funcionários, por exemplo.

Phillips e Rozworski retomam o debate sobre o socialismo de mercado, com Oskar Lange e Abba Lerner, e especialmente a resposta de Hayek, que defendia a solução do mercado como única capaz de captar as informações produzidas no próprio processo de trocas: para o economista austríaco, o mercado não só sistematiza melhor as informações, mas também é capaz de produzi-las. Se isso, no entanto, era correto em grande medida para a primeira metade do século XX, o que colocava

problemas de difícil resolução para os defensores do planejamento, as novas tecnologias de leitura de Big Data ampliam e efetivamente criam essas condições técnicas para o planejamento em larga escala e, principalmente, que o funcionamento de grandes corporações como Amazon e Walmart são a prova disso.

Pensando nas condições para a construção desse processo de planejamento em escala nacional, os autores entendem que a nacionalização do sistema a ser planejado é importante, mas não suficiente para garantir um planejamento democrático. O NHS (sistema de saúde público britânico) é utilizado para discutir como sua criação foi feita a partir de uma perspectiva democratizante – gestão compartilhada entre médicos e pacientes, etc. – e teve sua lógica deliberadamente subvertida pela iniciativa neoliberal com Margareth Thatcher, que construiu uma lógica de mercado dentro da rede. É possível construir sistemas nacionalizados, planejados e universais de serviços públicos, mas a nacionalização não basta.

Da mesma forma, a planificação econômica em si não é suficiente para construir uma sociedade igualitária., como teria mostrado em boa medida a experiência da URSS. Os revolucionários não tinham um programa econômico definido quando chegaram ao poder, e o esforço de construção de ordem econômica alternativa se deu, em boa medida, na base do imprevisto. É comum ouvir a afirmação de que o planejamento econômico levou à escassez e mesmo ao autoritarismo. Os autores argumentam que o contrário é mais provável: não havia livre circulação de informações sequer entre os especialistas, para construir os elementos da planificação econômica, e isso minou as condições de seu sucesso. Já seria difícil planejar de forma eficiente com todas as informações disponíveis à época – hoje, com os algoritmos e o Big Data é diferente, como mostram os exemplos capitalistas – mas num contexto de distorção de informações e medo de fornecer informações precisas por parte dos especialistas, o desafio na prática era impossível.

Para ser claro: uma economia que não é de mercado não é uma questão de planejadores centrais irresponsáveis, ou de programadores igualmente irresponsáveis ou de seus algoritmos tomando as decisões pelo resto de nós. Sem a contribuição democrática dos consumidores e produtores, sem a experiência diária de milhões de participantes vivos da economia, o planejamento não pode funcionar. A democracia não é um ideal abstrato anexado a tudo isso, ela é essencial para o processo. E o mais importante, a tomada de decisão econômica democrática, descentralizada e assistida por computador não surgirá como um conjunto de reformas tecnocráticas do sistema que podem ser simplesmente impostas. Em primeiro lugar, deve haver uma transformação fundamental das relações e estruturas da sociedade, incluindo a confecção de novas redes de interdependência - estruturas pelas quais as massas de pessoas terão que lutar, construir e, em última instância, sustentar. Embora tal sistema possa e deva ser construído desde o início, para atingir a escala do que é realisticamente necessário tanto para construir uma economia justa quanto para lidar com a crise ecológica, este sistema terá que ser global e abrangente em suas demandas por tanto a liberação humana quanto o avanço tecnológico (PHILIPS; ROZWORSKI, 2019, p.213).

Na própria URSS, mas também nos EUA, foram desenvolvidos amplos debates sobre o papel dos modelos matemáticos na organização da produção em alguns setores, demonstrando que era possível um cálculo econômico racional fora dos mercados. No caso soviético, tanto uma certa resistência à ciência da computação, parcialmente superada com o tempo, mas sobretudo as distorções de dados causadas pela ausência de uma esfera pública democrática e aberta impediram esse desenvolvimento. A conclusão a que chegam é direta: o planejamento massivo em larga escala já existe, está a nossa volta e é extremamente útil, na verdade indispensável, para o capitalismo globalizado contemporâneo, que o utiliza cada vez mais a serviço da expansão da lucratividade. O capitalismo nos conectou como nunca, colocando em articulação social o trabalho de milhões de pessoas, e o fez em boa medida de forma planejada:

Se o sistema econômico de hoje pode planejar no nível de uma empresa maior do que muitas economias nacionais e produzir as informações que tornam esse planejamento cada vez mais eficiente, então a tarefa para o futuro é óbvia: devemos democratizar e expandir este domínio do planejamento - isto é, espalhá-lo ao nível de economias inteiras, até mesmo do mundo inteiro. As bases para este modo alternativo de produção, em muitos sentidos, já foram lançadas; já carregamos, no bolso, acesso a mais informações e poder de computação do que poderia ter sido sonhado por qualquer um dos protagonistas de debates anteriores sobre as possibilidades de planejamento. Ao mesmo tempo, não podemos subestimar o potencial de abuso que decorre das vastas quantidades de informações que o planejamento requer e desencadeia. Desafios profundos para a expansão da democracia e do planejamento são inerentes a esse avanço tecnológico, incluindo a proteção da liberdade e da privacidade individuais, e seria perigoso e irresponsável minimizá-los. (id.ibid., p.245)

O grande desafio é pensar como essa quantidade gigante de informações atualmente controlada pelas burocracias das grandes corporações podem ser colocadas à disposição de um projeto coletivo de autogoverno, trata-se de democratizar a infraestrutura digital do intelecto geral planetário já existente. Com isso não se quer dizer apenas tomar o controle das tecnologias atuais, mas mudar toda a lógica de funcionamento das sociedades. Qualquer projeto de futuro emancipatório, para ter alguma chance estratégica de sucesso, precisa contar com especialistas em computação, algoritmos, teorias da informação e da complexidade e campos afins e qualquer transformação que se queira democrática – e não tecnocrática – precisa contar com a participação ativa dos trabalhadores do Walmart, Amazon, Facebook e outras transnacionais.

O aceleracionismo e seus críticos

Nosso percurso até aqui nos permite pelo menos afirmar muito claramente o que o aceleracionismo não é: como bem nota Caron (2018), uma concepção de aceleracionismo “como uma filosofia que propala a intensificação do capitalismo com o fim de sua superação” não é sustentada por ninguém – os aceleracionistas de esquerda não querem “intensificar” o capitalismo, mas sim refuncionalizar sua infraestrutura para objetivos pós-capitalistas, e Land e os aceleracionistas “de direita” não propõem uma aceleração para além do capitalismo, mas uma identificação entre aceleração e capitalismo, rumo a um destino “pós-humano”. Tampouco faria muito sentido falar em “aceleração das contradições do capitalismo” – se há algo que as várias correntes aceleracionistas concordam é com a proverbial asseveração deleuziana de que “nada nunca morreu de contradição”.

Noys (2010, p. 6) tem razão em recuperar de Baudrillard uma “crítica ao aceleracionismo *avant la lettre*”: “a compulsão por liquidez, fluxo e uma circulação acelerada” seria um reflexo da própria lógica capitalista. A resposta de Lyotard a essa crítica é instrutiva: Baudrillard não teria sido capaz de retirar todas as consequências de um “pensamento radicalmente imanente”, que implica no abandono da posição externa da crítica. Essa é, de fato, a opção do aceleracionismo landiano:

O processo não deve ser criticado. O processo é a crítica, retroalimentando-se à medida que escala. A única maneira de avançar é pelo meio, o que significa mais para dentro. (LAND, 2017)

Difícil não concordar com a crítica de Noys de que aí a “agência desaparece em uma passividade fundamental”, muito embora Land não apenas celebraria positivamente o desaparecimento da agência, em especial como “obsolescência da política”, como observaria que o que fica em seu lugar não é nenhuma passividade, e sim uma atividade frenética, ainda que inumana, com os “meios de produção” escapando para a sua própria revolução – uma fuga que não é para nós.

A crítica erra inteiramente o alvo, no entanto, quando endereçada ao “aceleracionismo de esquerda”, que, bem longe de esperar que o “capitalismo faça o trabalho para nós”, é, ao contrário, uma teoria da intervenção prática, adotando uma postura explicitamente estratégica. A questão é: *o que fazer* do que nos foi legado. Aliás, a questão sobre que “nós” é esse que se propõe a fazer algo, a primeira pessoa do plural que exercitará o autodomínio prometeico, talvez tenha sido a pergunta central da reflexão política do último Fisher, engajado ativamente no projeto de catalisar uma capacidade de agência coletiva por meio de “práticas hipersticionais”.

Por isso também o “aceleracionismo de esquerda” não pode ser visto como uma “política do pior”. Ao contrário, envolve uma ênfase na perspectiva de “vencer”, desenhando circuitos ciberpositivos de confiança e potência de ação coletiva. Derrotas são desmoralizadoras: o próprio realismo capitalista é resultado de uma derrota política histórica, com efeitos decomposicionais. Já a confiança, como nota Fisher, é hipersticional: aumenta a capacidade de agir, que, por sua vez, aumenta a confiança. Precisamos agir, inclusive para reconstruir nossa confiança coletiva. De certa maneira, a política aceleracionista pretende pôr em marcha um “ciclo virtuoso” – nas palavras de

Fisher (2019): uma “profecia autorrealizável em que modos burgueses de subjetividade são desmantelados e uma nova universalidade começa a se construir”.

Já a acusação de que o aceleracionismo seria uma empreitada intrinsecamente “masculina”, talvez seja melhor respondida pelas feministas do coletivo Laboria Cubonikis, que chamam a atenção para as sérias consequências de “descartar coisas como razão, ciência, tecnologia e escalabilidade como permanentemente presas a regimes patriarcais”, o que avaliam como uma pesada limitação ao esforço de “pensar uma política emancipatória, e seus feminismos necessários, adequados para uma era de complexidade planetária”⁵.

Seria mais justo dizer que o aceleracionismo de esquerda que começou a florescer durante a última década responde ao esgotamento de uma sensibilidade anti-utópica e anti-estratégica pervasiva inclusive, ou talvez até principalmente, na esquerda radical. Essa orientação está presente, de diferentes maneiras, em obras muito influentes no começo dos anos 2000 como “Mudar o mundo sem tomar o poder”, de John Holloway, e “Seeing like a state”, de James Scott (que descreve justamente os fracassos de esquemas modernistas ambiciosos). Da “terceira via” de Giddens a chamados por uma “esquerda sem futuro”, o que predominava então era certa desconfiança anti-jacobina em relação ao progresso, à modernidade, aos grandes projetos políticos visionários, uma esquerda que preferia pecar pelo lado da cautela e do ceticismo, do que pela hubris iluminista, e que por isso mesmo sentia-se mais confortável em focar no local, no imediato, no aqui e agora, no familiar. O aceleracionismo de esquerda emerge do fracasso impotente dessa abordagem, em um momento histórico cuja confluência da crise econômica, da crise ecológica e da crise da democracia liberal parecem exigir uma intervenção positiva e coordenada, de grande monta. Por isso a ênfase na orientação ao futuro, na construção de hegemonia, na elaboração de um programa, na reivindicação do planejamento, na centralidade da estratégia e na importância da escala e da escalabilidade.

O que diferencia a esquerda da direita, vai dizer Fisher, é o compromisso com a ideia de que a libertação está no futuro, não no passado. E o futuro precisa ser construído, insistirá o Manifesto por uma política aceleracionista. O que define o aceleracionismo de esquerda, portanto, é uma postura provocativamente anti-nostálgica, que nos insta a ocupar o futuro, a disputá-lo, a pensar à frente.

⁵ <https://www.furtherfield.org/revisiting-the-future-with-laboria-cuboniks-a-conversation/>

Há no mínimo três críticas, no entanto, que julgamos pertinentes, e a elas nos voltamos agora. A primeira confronta a tecnofilia aceleracionista, com sua insistência na refuncionalização e reapropriação subversiva do corpo técnico, com alguma reformulação da célebre frase da escritora feminista Audre Lorde, segundo a qual não é possível dismantlar a casa do mestre com as ferramentas do mestre (“The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House”). Um exemplo desse argumento aparece na polêmica de Jasper Bernes com Alberto Toscano⁶:

A suposição padrão entre os marxistas, e muitos outros, é que, apesar de suas excreções tóxicas, quanto mais desenvolvida se torna a tecnologia, mais fácil será produzir o comunismo. Mas e se essas tecnologias realmente tornarem tudo mais difícil?

Posições prometeicas como a de Toscano, no entanto, não pressupõe nenhuma “neutralidade” da técnica. Podemos dizer, seguindo Mackenzie Wark (2019), que mesmo que o conteúdo da tecnologia seja trabalho (afinal, é o trabalho vivo que produz a tecnologia), sua forma é capital: a tecnologia é desenhada para extrair a maior quantidade de valor possível, para aumentar a exploração, ou às vezes, como nota Marx, para reduzir o poder do trabalhador no lugar de produção (para desqualificar a mão de obra, torná-la substituível, etc). Se é verdade que os trabalhadores fazem as máquinas, é igualmente verdade que não fazem de acordo com a própria escolha. É perfeitamente possível, então, que nem toda a inovação tecnológica tenha uma “dimensão progressista”, no sentido que possa ser recuperável e reapropriada para fins emancipatórios. O que Toscano argumenta é que quais aspectos da infraestrutura técnica atual podem ser refuncionalizados não é uma questão que possa ser definida aprioristicamente – o teste precisa ser prático e político.

É precisamente no mesmo espírito que o Srnicek e Williams, no Manifesto Aceleracionista, constroem sua versão da questão spinozista-deleuzeana: ainda não sabemos o que um corpo tecnossocial pode fazer. Como lembra Lucca Fraser, do coletivo Laboria Cuboniks, faz parte da própria natureza de uma ferramenta de que todos os seus usos possíveis não estão desde sempre pré-definidos na intenção dos construtores originais:

⁶ <https://viewpointmag.com/2014/09/28/lineaments-of-the-logistical-state/>

Isso é o que as ferramentas são - elas têm usos que vão além das intenções de seus mestres. E têm pontos fracos que podem ser explorados para obrigá-las a fazer coisas que não deveriam fazer. Que é basicamente o que significa hackear. Isso não significa que não devemos inventar novas ferramentas. Quanto mais melhor. Mas sim, absolutamente, as ferramentas do mestre podem desmontar a casa do mestre. Como eles não poderiam?⁷

A segunda crítica que vale a pena explorar aqui é anterior ao surgimento do aceleracionismo: é a acusação de que o “prometeísmo” (associado, de maneira geral, a um produtivismo) de Marx o tornaria um autor antiecológico. O elogio de Marx ao desenvolvimento das forças produtivas pelo capitalismo, que estabelecem a condição de possibilidade histórica para uma abundância material que é condição para a entrada no “reino da liberdade”, o colocaria na linhagem de pensamento moderno que advoga o domínio da natureza pelo ser humano, e, portanto, em descompasso com os desafios que a crise climática e ambiental impõe hoje à política. Mesmo Michael Löwy (1997), um destacado marxista brasileiro ligado ao ecossocialismo, lamenta a presença em Marx uma “concepção otimista, prometeica, das forças produtivas”, que aposta no desenvolvimento das forças produtivas como um vetor de progresso e expressa uma atitude pouco crítica em relação à “civilização industrial”. Bellamy Foster (1998) responde a essa linha de argumentação afirmando que “se o que se quer dizer com essa acusação de 'prometeísmo' é que Marx, em linha com a tradição iluminista, depositou uma fé considerável na racionalidade, na ciência, na tecnologia e no progresso humano, e que ele frequentemente celebrou o crescente domínio humano sobre as forças naturais, não há como negar que seja esse o caso”, mas complementa que tanto Marx quanto Engels estavam bem cientes que a ciência e a tecnologia podem ser usadas de maneira destrutiva, lembrando a caracterização fáustica – do feiticeiro que não é capaz de controlar os poderes que liberou – dada por eles para a modernidade capitalista.

É certo que uma tecnofilia exageradamente otimista, para onde uma posição aceleracionista entusiasmada tende espontaneamente a deslizar, está predisposta a cair em armadilhas que são fatais em tempos de crise ambiental acelerada. Um exemplo dos riscos que esse tipo de análise corre pode ser observado no livro de Bastani, que incorre em algo muito próximo a uma ode à Revolução Verde na agricultura, destacando seu papel na criação de condições materiais para alimentar o mundo inteiro e exaltando o uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos como parte do

⁷ <https://canadianart.ca/interviews/xenofeminism/>

processo. A Revolução Verde é justamente o exemplo de um tipo de desenvolvimento tecnológico absolutamente interessado política e economicamente, com efeitos destrutivos que, no longo prazo, para ecoar Marx novamente, debilitam as fontes originais de toda a riqueza – os trabalhadores e a terra. Passando ao largo do acúmulo da discussão popular, dos movimentos sociais do campo e do movimento pela soberania alimentar no terceiro mundo, do acúmulo prático e teórico em torno agroecologia, Bastani termina por mostrar um dos limites de sua análise, sintomático para todo esse campo: o foco no desenvolvimento tecnológico e em suas tendências o afasta das discussões já existentes – sobretudo no sul global – sobre os impactos negativos (mas lucrativos) de muitos desses processos.

Embora os autores aceleracionistas, via de regra, afirmem reiteradamente que não acreditam que os resultados sociais do avanço tecnológico são automáticos, e que, dependem crucialmente, portanto, da agência política e do desenrolar da luta de classes, não há como não ficar com uma impressão de otimismo exacerbado quanto às possibilidades. Andreas Malm (2020) não poupa acidez quando se refere ao “sonho marxista de uma humanidade liberada em uma terra de abundância”, apontando como os derradeiros sonhadores aqueles nossos “camaradas fantasiando sobre ‘comunismo de luxo’”: o planeta já está danificado demais para se evitar a escassez – o que as nossas atuais condições ecológicas existem é um “programa de restauração”.

Um tal programa de restauração, contudo, não exige um abandono de uma certa postura aceleracionista. Pode ser o caso, na verdade, que exija justamente essa postura, ou algo muito próximo dela. Se o futuro, como afirma Malm é o “comunismo de guerra ecológico”, será necessário “organizar o período transicional de restauração”. Isso vai exigir, como reconhece o próprio Malm, um esforço coordenado de larga escala, que passa por auditar as “cadeias logísticas globais”, usando nossa assombrosa capacidade de “vigilância e coleta de dados”, o que só possível pela infraestrutura computacional planetariamente conectada. O esforço de guerra necessário para lidar com a magnitude e a escala da crise ambiental requer necessariamente o uso de modelagem de ponta, de análise científica de input-output, uma política pública ambiciosa e tecnicamente bem desenhada, assim como a capacidade de reconversão industrial massiva que só será viável com ampla aplicação da ciência e inovação tecnológica – necessitando, portanto, de planejamento, de algoritmos, de *big data*. Como reconhece Malm jocosamente, se aproximando assim da crítica aceleracionista à “política folk”, “nenhum grupo de ajuda mútua em Bristol poderia, hipoteticamente, iniciar um

programa desse tipo”. Para ter alguma esperança de sucesso nessa guerra, tática não é o bastante: é necessário “poder duro”, que só vem com uma boa estratégia e um bom plano. É por isso que o tipo de ativismo de esquerda predominante nas décadas de 90 e anos 2000 – na ressaca do colapso do socialismo real, dominada pelo triunfalismo liberal do fim da história – não está à altura da tarefa:

Os ativistas que se formaram enquanto internalizavam essa ressaca aprenderam a idealizar a rede horizontal, desdenhar a liderança, rejeitar programas, denunciar a noção de tomar o Estado como via expressa para Gulag e abraçar o anarquismo no atacado ou em slogans quase anarquistas como 'mudar o mundo sem tomar o poder' (MALM, 2020, p.90).

A figura exemplar desse tipo de ativismo é aquela para qual Bhaskar Sunkara cunhou o apelido burlesco de “o anarco-liberal”, em um texto de 2011 no qual analisa criticamente o “legado do movimento antiglobalização”⁸. Sunkara começa identificando a situação no final dos anos 90 como “desorientadora”. O bloco soviético havia desaparecido, o socialismo havia fracassado como movimento político e o marxismo em larga medida abandonado como maneira de entender o mundo; os antigos partidos de massa criados pela classe operária ou murchavam ou ficavam à deriva nos ventos tecnocráticos, sem “sentido de propósito histórico”. Nesse vácuo criado pela reconfiguração da esquerda, emerge o “anarco-liberal”, caracterizado por “um anti-intelectualismo que se manifesta na rejeição das ‘grandes narrativas’ e da crítica estrutural ao capitalismo, uma repulsa pelas formas tradicionais de organização de esquerda, um impulso localista e uma tendência individualista de confundir escolhas de estilo de vida com ação política”. Sunkara então dá como exemplo a ativista Naomi Klein como o arquétipo do anarco-liberal, notando que em uma de suas falas Klein havia criticado Milton Friedman não pelo conteúdo reacionário de seu projeto político, mas porque seria um “ideólogo utópico”. O problema para Klein não era o caráter de classe da utopia de Friedman, o que deveria ser rejeitado de forma geral eram os “grandes projetos de liberdade humana”. Orgulhosa de sua convicção anti-utópica, Klein afirma: “Não imagino minha sociedade ideal. Eu também não gosto de ler esses livros. Estou muito mais confortável falando sobre como as coisas são”. É certamente um sinal de mudança na atmosfera política militante de que poucos anos depois Sunkara e Klein estariam trabalhando juntos em projetos estratégicos e hegemônicos, como as campanhas de

⁸ <https://www.dissentmagazine.org/blog/the-anarcho-liberal>

Bernie Sanders e Jeremy Corbyn, e, ainda mais irônico, que Klein se dedicaria a produzir vídeos como “Uma mensagem vinda do futuro”, no qual a recém-eleita deputada socialista democrática Alexandria Ocasio-Cortez narra da perspectiva do porvir, com óbvias pretensões hipersticionais, como um movimento de massas foi capaz de conquistar uma mudança política sistêmica e reverter a crise climática por meio de um programa ambicioso de investimentos públicos e refuncionalização tecnológica em larga escala⁹. Foi a emergência climática que convenceu Klein de que estava na hora de chamar os “grandes projetos” coletivos de volta, e imaginar um outro futuro, contagiante, para evitar a catástrofe.

O que nos leva de volta à questão dos momentos históricos nos quais emergem as várias ondas de pensamento aceleracionista. A primeira onda aceleracionista, encarnada nas produções teóricas de Deleuze e Lyotard no começo da década de 70, desejava, como aponta Noys, se manter fiel aos efeitos libertários dos “eventos de 68”, correndo as amarras morais e sociais estabelecidas. A pretensão era então de surfar a crise do modelo disciplinar encarnado no compacto fordista-socialdemocrata: liberar os fluxos, para além de todas as territorialidades de nação e de partido. Quando Nick Land entra em cena, o capital já havia se tornado, na prática, o único agente histórico-mundial, com a decomposição do movimento operário internacional, e reinava soberano sobre a terra, como um deus monstruoso e implacável. Toda a iniciativa parecia estar do lado do capital, deixando a esquerda ou numa posição de resistência impotente e localista contra a avalanche neoliberal. A esquerda acadêmica, ou o que restou dela, se refugiou na cômoda complacência moralizante, e cínica, lançando suas condenações críticas contra os rumos do mundo, já sem pretensão de alterá-los. Testemunhando a emergência do ciberespaço capitalista global, a exuberância da bolha financeira *ponto com*, a circulação dos fluxos monetários ao redor do planeta na velocidade da luz, o CCRU aparece como uma espécie de versão “sombria” da Wired Magazine, e Land se dedicará a contar a história do Exterminador do Futuro a partir da perspectiva da skynet, se colocando do lado da inteligência contra a humanidade. Quando a ideologia californiana enfim embarca em seu desvio abertamente reacionário (pensemos em figuras como Peter Thiel e Elon Musk), Land está preparado para acompanhar.

⁹ <https://youtu.be/d9uTH0iprVQ>

Já a emergência do novo “aceleracionismo de esquerda” responde à lenta desintegração do realismo capitalista, e o conseqüente renovado desejo de reivindicação do futuro. Como observa Helen Hester¹⁰:

Recentemente, no entanto, um apetite renovado por políticas emancipatórias ambiciosas e orientadas para o futuro começou a fazer-se sentir nas margens da esquerda - e, de fato, até a ganhar impulso e apoio popular de forma mais ampla. Talvez o exemplo mais notável dessa tendência dentro dos círculos de teoria política com inclinações filosóficas têm sido o aceleracionismo, com seus apelos para construir uma "infraestrutura intelectual" capaz de "criar uma nova ideologia, modelos econômicos e sociais e uma visão do bem para substituir e superar os ideais emaciados que governam nosso mundo hoje”. Essas ideias chamadas de “prometeicas” geraram amplo interesse, possivelmente refletindo e contribuindo para a mudança de teor do discurso ativista.

O curioso é que esse aceleracionismo floresça no terreno das promessas não cumpridas do “neoliberalismo realmente existente”. Longe de liberar as forças criativas, de intensificar a novidade do tempo histórico, o capitalismo tardio parece ter cancelado o futuro, nos aprisionado na temporalidade bloqueada de um eterno presente. “Vivemos em um mundo de profunda desaceleração cultural”, diz Mark Fisher¹¹. Paul Virilio fala de um crescente “encolhimento ao presente”, Jonathan Crary da coagulação de um “presente sem futuro”, e Harmut Rosa de uma “paralisação frenética” (Cunningham, 2015). Se a vitória global do capitalismo coincide com a perda do impulso para frente da modernidade, é legítimo levantar a hipótese de que talvez o vetor que realmente acelerava a história, no sentido de criar novas formas sociais e injetar racionalidade e universalidade no mundo, nunca foi o sujeito automático do capital, mas o sujeito coletivo formado pelas lutas proletárias imanentes – dentro e contra – à própria modernidade capitalista (e ao mesmo tempo apontando para uma modernidade alternativa).

Se assim for, o problema central do aceleracionismo é de fato o da agência: é possível articular a militância espontânea e dispersa dos despossuídos frente às injustiças imediatamente experimentadas com o compromisso iluminista que desvenda as naturezas estruturais profundas, abstratas, dessas injustiças e indica vias para sua superação estratégica? Em outras palavras, pode a

¹⁰ <https://www.e-flux.com/architecture/artificial-labor/140680/promethean-labors-and-domestic-realism/>

¹¹ <https://www.e-flux.com/journal/46/60084/a-social-and-psychic-revolution-of-almost-inconceivable-magnitude-popular-culture-s-interrupted-accelerationist-dreams/>

classe em si converter-se em classe para si, com uma missão histórica consciente capaz de se contrapor como força material coletiva à tendência de autonomização monstruosa do capital, com seu impulso descontrolado (e destrutivo) à auto-ampliação infinita? Se não, nosso destino pré-programado é a obsolescência humana em um planeta ecologicamente devastado. A figura de Prometeus, que Marx tanto admirava, pode nos inspirar a uma concepção de destino secular, na qual a humanidade se torna um sujeito ativo no desenho de sua própria história. Se uma nova composição de poder de classe for possível, então o futuro voltará a se abrir, e, como preconizava Fisher com confiança, a era neoliberal será então vista como o que sempre foi: “um atavismo anti-iluminista bárbaro, uma interrupção temporária no processo de modernização igualitária”¹². De todo modo, resta construir – com cada vez mais urgência – o mapa concreto dos próximos passos. Se o aceleracionismo de esquerda não foi capaz de fazê-lo, teve ao menos mérito de recolocar o lembrete na mesa.

REFERÊNCIAS:

- BARTHES, Roland. **Le plaisir du texte**. Paris: Le Seuil, 2015;
- BASTANI, Aaron. **Fully automated luxury communism. A manifesto** Londres: Verso (Edição do Kindle), 2019;
- BAUDRILLARD, J. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996;
- CARON, J. P. zEros: *Land, Sellars e o Aceleracionismo*. **Das Questões**, v.6, n.1, 20 set 2018;
- CUNNINGHAM, D. I. *A Marxist heresy? Accelerationism and its discontents*. **Radical Philosophy**, n. 191, 2015, p. 29-38;
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia I**. São Paulo: Ed. 34, 2010;
- ESHUN, K. **More Brilliant Than The Sun: Journeys in Sonic Futurism**. Londres: Quartet Books, 1998;
- FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020;
- FOSTER, John Bellamy. *The communist manifesto and the environment*. **Socialist register**, v. 34, 1998;

¹²<https://www.versobooks.com/blogs/3051-they-can-be-different-in-the-future-too-mark-fisher-interviewed>

- HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Editora Viramundo, 2012;
- LAND, N. **Fanged Noumena. Collected writings 1987-2007**. Urbanomic, 2011;
- _____. *Machinic desire*. **Textual Practice**, v. 7, n. 3, 1993, p.471-482;
- _____. **A quick-and-dirty introduction to accelerationism** In: <https://jacobitemag.com/2017/05/25/a-quick-and-dirty-introduction-to-accelerationism/>, acessado em 26/09/2020, 2017;
- LÖWY, Michael. *For a critical Marxism*. **Against the Current** 12, no. 5 (n.s.), (Nov./Dec.), 1997, 31–35;
- LYOTARD, J.-F. **Economie libidinale**. Paris: Minuit, 1974;
- MACKAY, Robin; AVANESSIAN, Armen (Orgs.). **#Accelerate: the accelerationism reader**. Londres: Urbanomic, 2013;
- MARX, K. **Grundrisse – manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011;
- MARQUES, Victor; GONSALVES, Rodrigo. *Contra o cancelamento do futuro: a atualidade de Mark Fisher na crise do neoliberalismo*. In FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020;
- NOYS, Benjamin. **The persistence of the negative: A Critique of Contemporary Continental Theory**. Edimburgo: Edinburgh Scholarship Online, 2012;
- _____. **Malign Velocities: Accelerationism and Capitalism**. Winchester: Zero Books, 2014;
- O'SULLIVAN, Simon; GUNKELL, Henriette; HAMEED, Ayesha (Ed.). **Futures and Fictions**. Watkins Media Limited, 2017.
- PHILLIPS, Leigh; ROZWORSKI, Michal. **People's Republic of Walmart**. Londres: Verso (Edição do Kindle), 2019;
- PINHEIRO, Damares Alves. **O domínio de Tamerlão. Os efeitos dos presságios aceleracionistas em Marx**. Brasília: Repositório da UnB, 2020;
- PORTO, Renan. *Ciborgues sonham com britadeiras?*. **Revista Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia**, Rio de Janeiro, n. 50, 2017, p. 50-68;
- SCOTT, James. **Seeing like a State. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed**. New Haven: Yale University Press, 1998;
- SHAVIRO, Steven. **No speed limit: three essays on accelerationism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015;
- SRNICEK, Nick; WILLIAMS, Alex. **Inventing the future**. London/NY: Verso (Edição do Kindle), 2015;
- _____. *Manifesto aceleracionista*. **Lugar Comum**, #41, 2014. Disponível em: <http://uninomade.net/lugarcomum/41/>, Acessado em 27.03.2015;
- _____. *#Accelerate: Manifesto for an accelerate politics*. In: MACKAY, Robin; AVANESSIAN, Armen (Orgs.). **#Accelerate: the accelerationism reader**. Londres: Urbanomic, 2013;

WARK, McKenzie. **Capital is dead**. Londres: Verso, 2019.